

ÍNDICE DAS NOTAS EXPLICATIVAS

Apresentamos as notas explicativas que integram o conjunto das demonstrações financeiras da ABSA Aerolinas Brasileiras S.A., distribuídas da seguinte forma:

1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	13
2. ESTRUTURA SOCIETÁRIA	14
3. DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E BASE DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	14
4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	15
5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS	24
6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	29
7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS	30
8. CONTAS A RECEBER	30
9. TRIBUTOS A RECUPERAR	31
10. DEPÓSITOS JUDICIAIS.....	31
11. IMOBILIZADO	32
12. INTANGÍVEL.....	33
13. OBRIGAÇÕES COM ARRENDAMENTO MERCANTIL	34
14. FORNECEDORES	34
15. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS	34
16. IMPOSTOS A RECOLHER.....	35
17. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS	35
18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	38
19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	39
20. PARTES RELACIONADAS.....	39
21. RECEITA OPERACIONAL	42
22. RESULTADO POR NATUREZA.....	42
23. RESULTADO FINANCEIRO.....	43
24. SEGUROS.....	43
25. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	44



1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ABSA - Aerolinhas Brasileiras S.A. ("ABSA" ou "Companhia"), é uma subsidiária integral da TAM S.A., que por sua vez integra a LATAM Airlines Group S.A. ("LATAM"), um dos maiores grupos de companhias aéreas do mundo em malha aérea o qual oferece serviços de transporte de passageiros para cerca de 143 destinos, em 26 países, com uma frota de 312 aviões. No total, a LATAM Airlines Group S.A. tem em torno de 41 mil funcionários.

As ações da LATAM são negociadas nas bolsas de Santiago e Nova York, nesta última, na forma de ADRS, sob o ticker LTM. As ações da LATAM compõem o Índice Dow Jones de Sustentabilidade da bolsa de Nova York ("NYSE").

A ABSA mediante concessão da Agência Nacional de Aviação Civil ("ANAC"), tem como atividade preponderante a exploração de serviços de transporte aéreo regular de cargas e malas postais, no território nacional e em âmbito internacional, por meio de aeronaves arrendadas ou por meio da contratação de serviços de terceiros, e de serviços de carregamento e descarregamento de cargas aéreas ("handling").

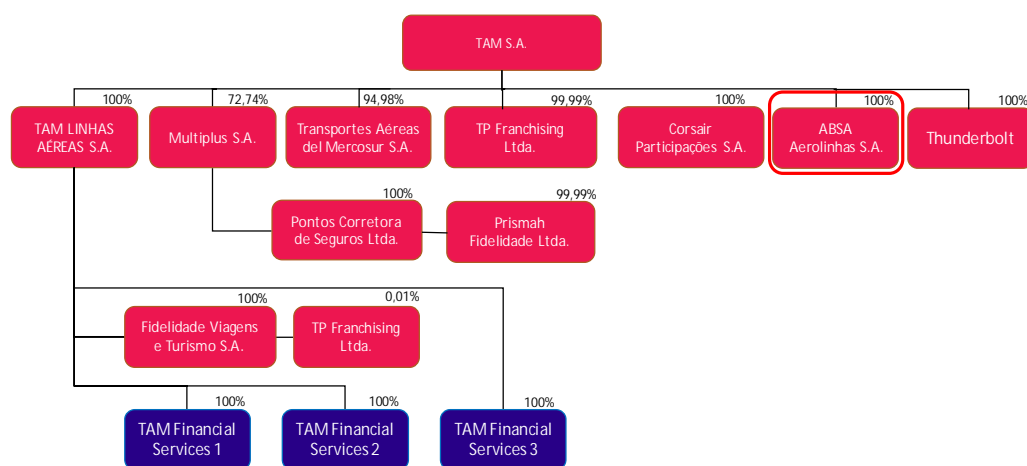
Em 25 de abril de 2015, a ANAC concedeu uma prorrogação da concessão para a Companhia operar com validade de dez anos a partir desta data. Considerando que a Companhia opera observando as normas estabelecidas pelo órgão regulador, a Administração acredita que obterá a renovação da concessão em 2025.

A ABSA é registrada e domiciliada no Brasil e sua sede está na Rodovia Santos Dumont, KM 66 sem número, Campinas, São Paulo.



2. ESTRUTURA SOCIETÁRIA

A estrutura societária na qual a Companhia está inserida em 31 de dezembro de 2018 está apresentada a seguir:



 Operações no Brasil e América Latina.

 Empresas domiciliadas nas Ilhas Cayman.

3. DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E BASE DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), introduzidos no Brasil por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e de suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

As demonstrações financeiras da Companhia estão expressas em milhares de Reais ("R\$"), bem como as divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também foram efetuadas em milhares. Os itens divulgados em outras moedas estão devidamente identificados, quando aplicável.



A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros.

A Administração confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela no desenvolvimento de suas atividades de gestão dos negócios.

A Companhia revisa seus julgamentos, estimativas e premissas de forma contínua.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico recuperável, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- (i) aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa mensuradas pelo valor justo; e
- (ii) aplicações financeiras compostas por fundos exclusivos de investimentos classificados como disponíveis para venda, mensuradas pelo valor justo.

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

4.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

Com base no CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras a Companhia adotou, a partir de 1º de janeiro de 2015, o dólar norte-americano ("US\$") como moeda funcional.

A moeda de apresentação dessas demonstrações financeiras é o Real, assim sendo, os critérios de conversão adotados são os seguintes:

- Ativos e passivos não monetários são convertidos pela taxa histórica da transação;
- Ativos e passivos monetários são convertidos pela taxa de câmbio do final do exercício;
- Contas de resultado são convertidas pela taxa de câmbio obtida através da média mensal das taxas de cada mês;



- As transações em moeda estrangeira são convertidas pelas taxas de câmbio vigentes na data de cada transação; e
- Os efeitos acumulados de ganho ou perda na conversão são registrados diretamente no resultado do exercício.

4.2 Caixa e equivalentes de caixa

Compreende os saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata em títulos cujos vencimentos, quando de sua aquisição, eram iguais ou inferiores a 90 dias, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras classificadas nesse grupo, por sua própria natureza, estão mensuradas a valor justo por meio do resultado.

4.3 Aplicações financeiras

Na apresentação e mensuração dos ativos financeiros, a Companhia considera as disposições do CPC 48 - "Instrumentos Financeiros", equivalente ao IFRS 9, que determina que os ativos financeiros, devem ser inicialmente mensurados a valor justo deduzido dos custos diretamente atribuídos a sua aquisição.

4.4 Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

4.5 Contas a receber

As contas a receber de clientes e outros recebíveis são registradas pelo valor faturado ajustado a valor presente, quando aplicável, deduzidas das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa.

A Companhia adota procedimentos e análises para estabelecer limites de créditos e exige garantias que variam entre 30% à 50% do respectivo limite. Em caso de inadimplência, esforços de cobrança são efetuados, incluindo contatos diretos com os clientes e cobrança através de terceiros. Caso esses esforços não sejam suficientes, medidas judiciais são consideradas, sendo registrada uma perda estimada em créditos de liquidação duvidosa em contrapartida a despesas com vendas na demonstração de resultado. Os títulos são baixados contra a provisão à medida que a Administração considera que estes não são mais recuperáveis após ter tomado todas as medidas cabíveis para recebê-los.



Perdas de crédito esperadas: A Companhia modificou o cálculo da provisão de impairment para atender ao modelo de perda de crédito esperado, estabelecido na IFRS 9 Financial Instruments, que substitui o modelo de perda de impairment atual. O valor passou a ser mensurado através da aplicação de uma matriz de risco, agrupando a carteira, de acordo com características semelhantes de risco e maturidade. A Companhia considerou também o reflexo de monitoramento econômico da carteira que reflete sensibilizações sobre os saldos de devedores que na data do balanço tenham apresentando indícios de dificuldade financeira que podem resultar em perda de crédito futura, conforme Nota 4.19.

4.6 Ativo imobilizado

O ativo imobilizado é apresentado pelo custo de aquisição, formação, construção e desmontagem, quando aplicável, deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil econômica estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente.

A Companhia realiza anualmente a análise de indícios de perda no valor recuperável do ativo imobilizado. Na ocorrência de indício de perda, os ativos correspondentes são submetidos ao teste de impairment, quando identificado que o valor contábil do ativo não será recuperado, uma provisão é registrada.

A recuperação dos investimentos no ativo imobilizado foi testada em 2018 e 2017 não sendo identificados ajustes para refletir perda no valor recuperável.

Os ganhos e as perdas em alienações de ativos imobilizados são apurados comparando-se o valor da venda com o valor contábil líquido e são reconhecidos na demonstração do resultado na data de alienação.

4.7 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custo de desenvolvimento, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que foi incorrido.



4.8 Impostos e contribuição social sobre o lucro

No Brasil, os impostos e contribuições sobre a renda compreendem o imposto de renda ("IRPJ") e a contribuição social sobre o lucro ("CSLL"), que são calculados mensalmente com base no lucro tributável, aplicando-se a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10%, sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240, para o IRPJ e 9% para a CSLL e considera a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Impostos diferidos, quando houver, representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL, bem como diferenças temporárias entre a base fiscal e a contábil. Os ativos e passivos de impostos e contribuições diferidos são classificados como não circulante conforme requerido pelo CPC 32 (IAS 12) – Tributos sobre o lucro. Quando os estudos internos da Companhia indicarem que a utilização futura desses créditos, não é provável, uma provisão para perda será constituída.

Os impostos diferidos ativos e passivos, quando contabilizados, são apresentados líquidos se existir um direito legal exequível de compensar os passivos fiscais com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal sob a mesma entidade tributável.

Os ativos e passivos fiscais diferidos devem ser mensurados pelas alíquotas que se espera que sejam aplicáveis no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação fiscal vigente que estejam em vigor na data do balanço.

4.9 Contas a pagar e fornecedores

São inicialmente reconhecidos pelo valor nominal e, subsequentemente acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras.

4.10 Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, formalizada ou não, em consequência de um evento passado e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor desta possa ser feita.



A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. As avaliações das probabilidades de perdas destes processos incluem a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.11 Arrendamento mercantil

A classificação dos contratos de arrendamento entre operacional e financeiros é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios de propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamento operacional. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Companhia possuía apenas operações de arrendamento classificadas como arrendamento operacional.

4.12 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

4.13 Receita de transporte de cargas

A receita de transporte de cargas é reconhecida mediante a prestação de serviços. A Companhia não tem autorização para armazenar mercadorias de terceiros a serem transportadas e, por esse motivo, o processo de transporte ocorre no prazo máximo de 48 horas após o recebimento da mercadoria a ser transportada.

4.14 Reconhecimento de custos e despesas operacionais

Os principais custos da Companhia estão relacionados principalmente aos custos com pessoal, combustível de aviação, arrendamento de aeronaves, motores e equipamentos, tarifas de decolagem, pouso e navegação aérea e são reconhecidos pelo regime de competência contábil.

As despesas operacionais incluem despesas com vendas, gerais e administrativas, incluindo salários, encargos e benefícios, vendas, marketing e outras e são reconhecidos pelo regime de competência contábil.



4.15 Participação de funcionários e administradores nos resultados

Os funcionários têm direito a uma participação nos resultados com base em determinadas metas acordadas anualmente, e os administradores com base nas disposições estatutárias, propostas pelo Conselho de Administração da controladora. O montante da participação é reconhecido no resultado do período em que as metas são atingidas.

4.16 Receitas e despesas financeiras

A receitas e despesas financeiras são reconhecidas no resultado, por meio do método dos juros efetivos e compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros;
- Despesas bancárias;
- Variações cambiais líquidas.

4.17 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para US\$, moeda funcional da Companhia, utilizando-se as taxas de câmbio nas datas das transações. Na conversão para moeda de apresentação os saldos das contas de balanço em outras moedas são convertidos pelas taxas de câmbio em vigor na data de encerramento das demonstrações financeiras e os ganhos ou perdas de variação cambial são reconhecidos como outros resultados abrangentes.

As taxas de câmbio em Reais em vigor na data dos balanços foram as seguintes:

	31/12/2018	31/12/2017
Taxa final		
Dólar americano (US\$)	3,8748	3,3080
Euro (€)	4,4390	3,9693
Taxa média do exercício		
Dólar americano (US\$)	3,6558	3,1925
Euro (€)	4,3094	3,6089



4.18 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

Conforme divulgado na Nota 3, destas demonstrações financeiras, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito significativo sobre os valores ora apresentados:

- valor justo de instrumentos financeiros;
- vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangíveis como vida útil definida, bem como a análise anual do valor recuperável de ativos não financeiros (Notas 11 e 12);
- perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (Nota 8.1);
- provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (Nota 17).e

4.19 Adoção de novas normas contábeis no exercício corrente

Em decorrência da adoção do IFRS 9 - Financial Instruments, equivalente ao CPC 48 - Instrumentos financeiros, a Administração da Companhia promoveu mudanças em algumas de suas práticas contábeis e estimativas, que afetaram as demonstrações financeiras ora apresentadas.

A Administração avaliou a aplicabilidade da norma IFRS 15, porém, em função da característica imediatista do reconhecimento da receita de transporte de cargas (Nota 4.13), a referida norma não produziu efeito na Companhia.

4.19.1 Efeito da adoção do CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros

Em decorrência da adoção do CPC 48, a Administração promoveu mudanças na forma como estima a provisão para devedores duvidosos, calculando a Perda de Crédito Esperada (PCE) para a vida inteira do ativo e sendo reconhecidas no momento inicial do registro do contas a receber (Nota 4.5). O efeito da adoção dessa norma foi de R\$5.456 registrado como aumento do prejuízo acumulado no patrimônio líquido.

4.20 Novas normas e pronunciamentos contábeis ainda não adotados

A Administração da Companhia acredita que a adoção das normas, emendas e interpretações descritas a seguir não trarão impactos significativos nas Demonstrações Financeiras da Companhia no exercício de sua primeira aplicação, exceto pelo IFRS16.



4.20.1 IFRS 16 - "Arrendamentos"

Em janeiro de 2016, o IASB emitiu o pronunciamento contábil "IFRS 16 - Leases" adotados no Brasil, sob o CPC 06 (R2). A nova norma estará vigente para períodos anuais iniciados a partir de 1º. de janeiro de 2019.

A IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização dos arrendamentos financeiros conforme a IAS 17. A norma inclui duas isenções eletivas de reconhecimento para os arrendatários - Arrendamentos de ativos de "baixo valor" (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (aqueles arrendamentos que não apresentem uma opção de compra e que tenham prazos de vigência igual ou inferior a 12 meses).

Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo representando a obrigação total a pagar (passivo de arrendamento) e um ativo correspondente representando o direito de usar o bem objeto do contrato, durante o prazo do arrendamento (ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão remensurar o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou em taxa utilizada para determinar esses pagamentos.

O arrendatário deve geralmente reconhecer o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

Durante o ano de 2018, a Companhia iniciou a análise dos efeitos da primeira adoção do IFRS 16, aplicando esta nova norma aos contratos identificados como arrendamentos, exceto aos já previamente identificados como arrendamentos operacionais pela normativa anterior.

Dentre as formas de adoção previstas, a Companhia aplicará esta nova norma retroativamente, reapresentando as demonstrações financeiras comparativas, de acordo com as disposições da IAS 8 - Políticas Contábeis, mudanças nas estimativas contábeis e erros.



A Companhia continuará a reconhecer as despesas associadas aos contratos de arrendamento de curto prazo, bem como com os ativos subjacentes de baixo valor, de forma linear como uma despesa nos lucros ou prejuízos, conforme indicado pela exceção estabelecida na IFRS 16.

Ao estabelecer os termos do arrendamento, a Companhia avaliou os fatos ou circunstâncias relevantes que podem determinar o possível exercício das opções para prorrogar ou rescindir os contratos de arrendamento. Essas opções serão avaliadas em cada data de fechamento.

Para a valoração do ativo por direito de uso e do passivo por arrendamentos, a Companhia determinou o valor presente dos pagamentos para arrendamentos não canceláveis, usando a taxa de juros incremental, considerando para o seu cálculo informações históricas sobre o financiamento da Companhia, variáveis de mercado, tipos de ativos, moeda, entre outros fatores.

A Companhia avaliou os impactos estimados decorrentes da adoção desta norma considerando as premissas acima descritas, o que resultará na contabilização de 1 contrato de bem imóvel, conforme demonstrado a seguir:

	Ativo (a)	Passivo (b)	Patrimônio Líquido (a-b)
Outros bens imóveis	3.743	4.759	(1.016)

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia alterou seus contratos de arrendamentos de aeronaves de pagamento fixos para condições de pagamento totalmente variáveis e, portanto, não se enquadraram no escopo do IFRS 16.

Para os contratos de aeronaves, a Companhia está avaliando os impactos da estimativa inicial dos custos de devolução que devem fazer parte da mensuração do direito de uso.

Devido à adoção do IFRS 16, a margem operacional será impactada pela eliminação das despesas de arrendamento e pelo aumento nas despesas com depreciação. Adicionalmente, o resultado financeiro será impactado pelo aumento das despesas com juros.



4.20.2 IFRIC 23 – “Incertezas sobre o tratamento dos tributos sobre o lucro”

Em junho de 2017, o IASB emitiu o “IFRIC 23 - Uncertainty over Income Tax Treatments”, que trata da aplicação dos requerimentos do IAS 12 “Tributos sobre o lucro” quando houver incerteza quanto a aceitação do tratamento pela autoridade fiscal. A interpretação esclarece que caso não seja provável a aceitação, os valores de ativos e passivos fiscais devem ser ajustados para refletir melhor resolução da incerteza. O IFRIC 23 estará em vigência para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019 e a Companhia ainda não concluiu os estudos.

Não existem outras normas interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros. O programa de gestão de risco é feito de forma centralizada pela Vice-Presidência de Finanças da controladora LATAM Airlines Group S.A. com o objetivo de minimizar os efeitos adversos dos riscos financeiros que afetam a Companhia.

5.1 Administração do risco de liquidez

A Companhia mantém níveis de alavancagem que não comprometem sua capacidade de honrar seus compromissos e obrigações.

A tabela abaixo resume as obrigações contratuais e compromissos financeiros significativos que podem impactar a liquidez da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	31/12/2018					
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total fluxo de caixa contratual	Valor Contábil
Passivos financeiros não derivativos						
Fornecedores	3.148.706	-	-	-	3.148.706	3.148.706



						31/12/2017
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total fluxo de caixa contratual	Valor Contábil
Passivos financeiros não derivativos						
Fornecedores	1.915.118	-	-	-	1.915.118	1.915.118
Arrendamento operacional	111.943	107.576	4.962	-	224.481	-

5.2 Administração do risco de crédito

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus clientes são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência nas contas a receber.

Individualmente, nenhum dos clientes da Companhia, exceto partes relacionadas, conforme divulgado na Nota 20, representa mais de 10% de suas receitas no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

5.3 Administração de riscos de taxa de juros

A Companhia apresenta a seguir o quadro de análise de sensibilidade às variações das taxas de juros, considerando as projeções macroeconômicas divulgadas no pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos ("CETIP") em 31 dezembro de 2018, o qual indicava as seguintes taxas como cenário provável:

Índice	Taxa estimada como cenário provável	
	2018	2017
Certificado de Depósito Interbancário - "CDI"	6,40% a.a	6,89% a.a
SELIC	6,50% a.a.	6,90% a.a

	31/12/2018					
Instrumentos	Valor Contábil	Encargos Financeiros	Taxa	Cenário I provável	Cenário II variação da taxa em 25%	Cenário III variação da taxa em 50%
Equivalentes de caixa	5.345	CDI	6,40%	5.687	5.773	5.858
Aplicações Financeiras	86.760	CDI	6,40%	92.313	93.701	95.089
Depósitos judiciais	18.593	SELIC	6,50%	19.802	20.104	20.406
Total	110.698			117.802	119.577	121.353
Impacto sobre as receitas financeiras líquidas e patrimônio líquido				7.104	8.879	10.655



					31/12/2017	
Instrumentos	Valor Contábil	Encargos Financeiros	Taxa	Cenário I provável	Cenário II variação da taxa em 25%	Cenário III variação da taxa em 50%
Equivalentes de caixa	15.431	CDI	6,89%	16.494	16.760	17.026
Depósitos judiciais	12.144	SELIC	6,90%	12.982	13.191	13.401
Total	27.575			29.476	29.952	30.428
Impacto sobre as receitas financeiras líquidas e patrimônio líquido				1.901	2.377	2.853

5.4 Administração de riscos cambiais

A moeda funcional da Companhia é o US\$ e a de apresentação das demonstrações financeiras é o Real, de modo que o risco de taxa de câmbio transacional e conversão decorrem, principalmente, das atividades operacionais do negócio, estratégicas e contabilidade da Companhia que são denominados em uma moeda diferente da moeda funcional.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Companhia possuía ativos e passivos denominados em outras moedas, diferentes do US\$ nos montantes descritos a seguir, não existindo nenhum instrumento para proteger essa exposição nessas datas, a saber:

	31/12/2018	31/12/2017
Ativos denominados em moedas estrangeiras		
Caixa e equivalentes de caixa	19.173	23.069
Contas a receber terceiros	47.916	36.508
Partes relacionadas a receber	150.810	134.005
Passivos denominados em moedas estrangeiras		
Fornecedores terceiros	(72.703)	(54.169)
Partes relacionadas a pagar	(592.934)	(112.200)
Exposição cambial, líquida em R\$	(447.738)	27.213
Exposição cambial, líquida em US\$	(115.551)	8.226



Considerando as projeções macroeconômicas e oscilação cambial, a Administração elaborou o quadro de sensibilidade as variações do câmbio em relação a paridade de US\$ para R\$, conforme demonstrado a seguir:

Paridade - US\$ x R\$ Operação/Instrumento	31/12/2018				
	3,8748	2,9061	1,9374	4,8435	5,8122
	Cenário Atual	Cenário I Apreciação 25%	Cenário II Apreciação 50%	Cenário I Depreciação 25%	Cenário II Depreciação 50%
Ativos denominados em moedas estrangeiras					
Caixa e equivalentes de caixa	19.173	14.380	9.587	23.966	28.760
Contas a receber terceiros	47.916	35.937	23.958	59.895	71.874
Partes relacionadas a receber	150.810	113.108	75.405	188.513	226.215
Passivos denominados em moedas estrangeiras					
Fornecedores terceiros	(72.703)	(54.527)	(36.352)	(90.879)	(109.055)
Partes relacionadas a pagar	(592.934)	(444.701)	(296.467)	(741.168)	(889.401)
Impacto sobre o resultado e patrimônio líquido		111.935	223.869	(111.935)	(223.869)

Paridade - US\$ x R\$ Operação/Instrumento	31/12/2017				
	3,308	2,4810	1,6540	4,1350	4,9620
	Cenário Atual	Cenário I Apreciação 25%	Cenário II Apreciação 50%	Cenário I Depreciação 25%	Cenário II Depreciação 50%
Ativos denominados em moedas estrangeiras					
Partes relacionadas a receber	23.069	17.302	11.535	28.836	34.604
Contas a receber terceiros	36.508	27.381	18.254	45.635	54.762
Partes relacionadas a receber	134.005	100.504	67.003	167.506	201.008
Passivos denominados em moedas estrangeiras					
Fornecedores terceiros	(54.169)	(40.627)	(27.085)	(67.711)	(81.254)
Partes relacionadas a pagar	(112.200)	(84.150)	(56.100)	(140.250)	(168.300)
Impacto sobre o resultado e patrimônio líquido		6.803	13.607	(6.803)	(13.607)

5.5 Administração de riscos relacionados a variação no preço do combustível

Um dos componentes mais importantes dos custos de operação da Companhia é o preço do combustível de aviação, que por sua vez, está intrinsecamente relacionado ao preço do barril de petróleo no mercado internacional.

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança no preço do combustível de aviação no resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Foi adotado como cenário provável o preço médio por barril de petróleo bruto divulgado pela U.S. Energy Administration and Information de US\$65.06 (sessenta e cinco dólares e seis centavos) em 31 de dezembro de 2018 (US\$50.79 cinquenta dólares e setenta e nove centavos, em 31 de dezembro de 2017) e projetado o impacto no resultado, resultante de um incremento de 25% e 50% no preço, sendo:



	31/12/2018
Cenário	Impacto no resultado e patrimônio líquido
Incremento de 25%	53.944
Incremento de 50%	107.888
Redução de 25%	(53.944)
Redução de 50%	(107.888)

5.6 Instrumentos financeiros por categoria

	31/12/2018	31/12/2017
Empréstimos e recebíveis		
Contas a receber	3.013.727	1.952.155
Depósitos judiciais	18.593	12.144
Outros ativos	3.580	2.982
Fornecedores	(3.148.706)	(1.915.118)
Demais contas a pagar	(10.014)	(5.025)
Mensurados ao valor justo por meio do resultado		
Equivalentes de caixa	62.746	32.185
Aplicações financeiras	86.760	-

5.7 Determinação do valor justo de instrumentos financeiros

A Companhia deve classificar seus instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, seguindo a seguinte hierarquia de técnica de avaliação:

- Nível 1 - preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2 - informações diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
- Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.



A tabela abaixo demonstra os instrumentos financeiros da Companhia mensurados pelo valor justo:

	31/12/2018		31/12/2017	
	Nível 1	Total	Nível 1	Total
Ativos				
Equivalentes de caixa	62.746	62.746	32.185	32.185
Aplicações financeiras	86.760	86.760	-	-
	149.506	149.506	32.185	32.185

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e contas bancárias		
Dólar norte-americano	36.057	18.584
Reais	11.505	6.298
Outras Moedas	2.323	1.340
	49.885	26.222
Equivalentes de caixa:		
Em Reais		
Certificado de depósito bancário	227	8.888
Fundo de Investimento	4.565	-
Overnight	553	6.543
	5.345	15.431
Em Dólar norte-americano		
Overnight	57.285	16.754
Certificado de depósito bancário	116	-
	112.631	58.407

O aumento observado em caixa e contas bancárias em 31 de dezembro de 2018 é decorrente do reflexo positivo da revisão estratégica dos acordos nos prazos de pagamentos de fornecedores.

As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa possuem liquidez imediata e segundo a análise da Companhia, podem ser convertidas para um valor conhecido de caixa a um risco baixo de mudança de valor. A redução das aplicações reflete a utilização de caixa e pagamentos intercompany.

O aumento em Overnight em dólar norte-americano reflete, principalmente recebimentos de intercompany no período.



As aplicações em CDB e Fundo de Investimento realizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram remuneradas à taxa média ponderada de 98% e 100,56% da taxa do CDI, respectivamente.

7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	31/12/2018	31/12/2017
Fundo exclusivo	86.760	-
	<u>86.760</u>	<u>-</u>

O aumento é decorrente da aplicação de parte do saldo de caixa no fundo exclusivo para o grupo LATAM em 31 de dezembro de 2018.

Os títulos privados do fundo exclusivo são compostos substancialmente por títulos públicos, letras financeiras de bancos de primeira linha e debêntures, remunerados à taxa média ponderada de 100,69%. Não há carências para efetuar o resgate das cotas.

8. CONTAS A RECEBER

	31/12/2018				31/12/2017			
	Nacionais	Internacionais	Total	%	Nacionais	Internacionais	Total	%
Crédito Direto	45.427	1.187	46.614	1,5	34.088	1.991	36.079	1,8
Documentos por Cobrar	2.489	-	2.489	0,1	2.420	-	2.420	0,1
	47.916	1.187	49.103	1,6	36.508	1.991	38.499	2,0
Partes Relacionadas	150.810	2.816.826	2.967.636	98,4	134.005	1.783.441	1.917.446	98,0
	198.726	2.818.013	3.016.739	100	170.513	1.785.432	1.955.945	100
Provisão para perdas	(3.012)	-	(3.012)		(3.790)	-	(3.790)	
	195.714	2.818.013	3.013.727		166.723	1.785.432	1.952.155	

A variação do saldo com partes relacionadas é decorrente do aumento das atividades da prestação de serviços de transporte de cargas pela Companhia à outras empresas do Grupo LATAM.

8.1 Movimentação da provisão de crédito de liquidação duvidosa

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo no início do período	3.790	7.463
Adoção CPC 48 - Instrumentos financeiros	5.456	-
Constituição de provisão	7.946	1.377
Recuperação de créditos provisionados	(14.180)	(5.050)
Saldo ao final do período	<u>3.012</u>	<u>3.790</u>



8.2 Composição do saldo por vencimento de contas a receber de terceiros

	31/12/2018	31/12/2017
A vencer	32.031	33.745
Vencidos:		
até 60 dias	12.896	1.096
de 61 a 90 dias	3.100	119
de 91 a 180 dias	409	24
de 181 a 360 dias	84	296
há mais de 360 dias	583	3.219
	49.103	38.499

9. TRIBUTOS A RECUPERAR

	31/12/2018	31/12/2017
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	70.293	64.690
IRPJ e CSLL	10.788	12.957
Demais impostos	3.953	2.537
	85.034	80.184

O crédito acumulado de ICMS decorre, principalmente, da diferença entre as alíquotas aplicadas nas aquisições de combustíveis e nas prestações de serviços da Companhia. Os créditos foram substancialmente acumulados nos estados de São Paulo e Pernambuco, em decorrências das operações domésticas.

A Companhia não espera nenhuma perda relacionada a realização desses créditos tributários, motivo pelo qual não foi constituída nenhuma provisão para perdas na realização desse ativo.

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

A movimentação dos depósitos judiciais está apresentada a seguir:

	31/12/2017	Adição	Reversão/ resgate	Atualização monetária	31/12/2018
Cíveis	2.313	2.059	(210)	226	4.388
Trabalhistas	2.752	1.541	(1.320)	-	2.973
Tributários e previdenciários	7.079	4.717	(955)	387	11.228
Bloqueios Judiciais	-	6.205	(6.201)	-	4
	12.144	14.522	(8.686)	613	18.593



	31/12/2016	Adição	Reversão	Atualização monetária	31/12/2017
Cíveis	4.455	1.160	(3.509)	207	2.313
Trabalhistas	1.285	2.522	(1.055)	-	2.752
Tributários e previdenciários	3.620	3.059	(96)	496	7.079
Bloqueios Judiciais	-	1.904	(1.904)	-	-
	<u>9.360</u>	<u>8.645</u>	<u>(6.564)</u>	<u>703</u>	<u>12.144</u>

11. IMOBILIZADO

A movimentação do imobilizado é apresentada a seguir:

	Taxa média ponderada (a.a.)	31/12/2017	Adições	Conversão de moedas	31/12/2018
Custo					
Edifícios		7.234	-	1.169	8.403
Veículos		6.680	-	1.144	7.824
Computadores e periféricos		4.070	-	583	4.653
Móveis		2.006	-	343	2.349
Máquinas e equipamentos		643	-	110	753
Outros		1.180	-	203	1.383
		<u>21.813</u>	<u>-</u>	<u>3.552</u>	<u>25.365</u>
Depreciação					
Edifícios	2,63%	(5.069)	(190)	(880)	(6.139)
Veículos	-	(6.680)	-	(1.144)	(7.824)
Computadores e periféricos	2,26%	(3.196)	(92)	(555)	(3.843)
Móveis	3,54%	(1.327)	(71)	(231)	(1.629)
Máquinas e equipamentos	5,13%	(352)	(33)	(63)	(448)
Outros	1,95%	(1.082)	(23)	(40)	(1.145)
		<u>(17.706)</u>	<u>(409)</u>	<u>(2.913)</u>	<u>(21.028)</u>
		<u>4.107</u>	<u>(409)</u>	<u>639</u>	<u>4.337</u>



	Taxa média ponderada (a.a.)	31/12/2016	Adições	Conversão de moedas	31/12/2017
Custo					
Edifícios		7.127	-	107	7.234
Veículos		6.581	-	99	6.680
Computadores e periféricos		4.010	-	60	4.070
Móveis		1.976	-	30	2.006
Máquinas e equipamentos		633	-	10	643
Outros		1.163	-	17	1.180
		<u>21.490</u>	<u>-</u>	<u>323</u>	<u>21.813</u>
Depreciação					
Edifícios	2,68%	(4.890)	(191)	12	(5.069)
Veículos	-	(6.581)	-	(99)	(6.680)
Computadores e periféricos	4,84%	(2.952)	(194)	(50)	(3.196)
Máquinas e equipamentos	3,95%	(1.227)	(78)	(22)	(1.327)
Móveis	5,37%	(312)	(34)	(6)	(352)
Outros	4,99%	(917)	(58)	(107)	(1.082)
		<u>(16.879)</u>	<u>(555)</u>	<u>(272)</u>	<u>(17.706)</u>
		<u>4.611</u>	<u>(555)</u>	<u>51</u>	<u>4.107</u>

12. INTANGÍVEL

	Taxa média ponderada (a.a.)	31/12/2017	Adições	Transferências	Conversão de moedas	31/12/2018
Custo						
Softwares		948	-	-	162	1.110
		<u>948</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>162</u>	<u>1.110</u>
Amortização						
Softwares	26,27%	(197)	(249)	-	(49)	(495)
		<u>(197)</u>	<u>(249)</u>	<u>-</u>	<u>(49)</u>	<u>(495)</u>
		<u>751</u>	<u>(249)</u>	<u>-</u>	<u>113</u>	<u>615</u>



	Taxa média ponderada (a.a.)	31/12/2016	Adições	Transferências	Conversão de moedas	31/12/2017
Custo						
Softwares		66	-	931	(49)	948
Softwares em desenvolvimento		665	197	(931)	69	-
		731	197	-	20	948
Amortização						
Softwares	17,75%	(14)	(177)	-	(6)	(197)
		(14)	(177)	-	(6)	(197)
		717	20	-	14	751

13. OBRIGAÇÕES COM ARRENDAMENTO MERCANTIL

13.1 Arrendamento operacional

Em 31 de dezembro de 2018, não existem compromissos futuros pois a Companhia alterou todos os contratos de arrendamentos de aeronaves de pagamento fixos para condições de pagamento totalmente variáveis.

14. FORNECEDORES

	31/12/2018	31/12/2017
Terceiros	72.703	54.169
Partes relacionadas (Nota 20.2)	3.076.003	1.860.949
	3.148.706	1.915.118

O aumento do saldo de fornecedores refere-se principalmente por revisão estratégica dos acordos nos prazos de pagamentos.

15. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	31/12/2018	31/12/2017
Provisão para férias	5.719	5.271
Salários e encargos sociais	9.754	14.152
	15.473	19.423



16. IMPOSTOS A RECOLHER

	31/12/2018	31/12/2017
Impostos sobre serviços	5.356	2.598
Outros impostos a recolher	2.859	345
	<u>8.215</u>	<u>2.943</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 tivemos uma adição significativa de lucros no exterior, principalmente na ABSA Argentina, gerando maior variação cambial.

17. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Companhia está envolvida em determinados assuntos legais oriundos do curso normal de seus negócios, que incluem processos cíveis, administrativos, tributários, previdenciários e trabalhistas.

A Companhia classifica os riscos de perda nos processos legais como “prováveis”, “possíveis” ou “remotos”. A provisão registrada em relação a tais processos é determinada pela Administração da Companhia, com base na análise de seus assessores jurídicos, e refletem razoavelmente as perdas prováveis estimadas.

A Administração da Companhia acredita que a provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, constituída de acordo com o CPC 25 (IAS 37) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais, conforme apresentado a seguir.

17.1 Contingências com estimativa de perda provável

	31/12/2017	Provisões	Reversões	Pagamentos	Encargos financeiros	31/12/2018
Tributários e previdenciários	5.006	3.705	(16)	-	67	8.762
Cíveis	54.995	1.347	(4.971)	(5.353)	4.073	50.091
Trabalhistas	3.811	2.937	(416)	(3.231)	347	3.448
	<u>63.812</u>	<u>7.989</u>	<u>(5.403)</u>	<u>(8.584)</u>	<u>4.487</u>	<u>62.301</u>

	31/12/2016	Provisões	Reversões	Pagamentos	Encargos financeiros	31/12/2017
Tributários e previdenciários	1.675	3.225	(2)	-	108	5.006
Cíveis	57.053	4.346	(6.728)	(2.479)	2.803	54.995
Trabalhistas	3.248	2.454	(1.676)	(656)	441	3.811
	<u>61.976</u>	<u>10.025</u>	<u>(8.406)</u>	<u>(3.135)</u>	<u>3.352</u>	<u>63.812</u>



17.1.1 Contingências Cíveis

No exercício de 2009, foi imposta uma multa à ABSA, pela Secretaria de Direito Econômico ("SDE") e, posteriormente, Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"). A ABSA foi condenada em decisão proferida em 28 de agosto de 2013 ao pagamento de multa no valor de R\$ 114.134.

De acordo com nossos assessores jurídicos, estimou-se uma probabilidade de cerca de 60% (sessenta por cento) de chance de redução da base de cálculo da multa imposta à ABSA, com base em critérios objetivos de aplicação do princípio do ne bis in idem que garante de maneira mais ampla possível o afastamento da cobrança de qualquer tipo de duplicidade punitiva a fim de se evitar que a pena se torne desproporcional, dentre outros argumentos. Em 31 de dezembro de 2018, a provisão referente a causa em questão totalizou o montante de R\$40.884 (R\$39.127 em 31 de dezembro de 2017).

Os demais processos não têm valores individuais relevantes.

17.2 Contingências com estimativa de perda possível

A Companhia possui contingências, cuja expectativa de perda avaliada pela Administração e suportada por seus assessores jurídicos está classificada como possível e, portanto, nenhuma provisão foi constituída. Os saldos referentes às contingências avaliadas com prognóstico de perda possível, está apresentado a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Tributários	177.485	163.730
Trabalhistas	38.197	26.847
Cíveis	9.106	8.989
	<u>224.788</u>	<u>199.566</u>

A variação no saldo de contingências avaliadas com risco possível refere-se à reavaliação de processos que, anteriormente, tinham probabilidade de perda considerada remota. Os detalhes sobre as principais disputas classificadas como possível estão apresentadas a seguir:



17.2.1 Contingências tributárias

Nos exercícios de 2005 e 2006, a Companhia foi autuada pelo valor de R\$36.305 em virtude do não recolhimento de impostos e multas a título de Imposto de importação ("II") e Impostos sobre produtos industrializados ("IPI"). A Companhia ingressou com ação anulatória, que ainda aguarda julgamento, pleiteando sua ilegitimidade passiva por não ter transportado a mercadoria que ensejou a lavratura do auto de infração, bem como, por entender que inexistia norma legal que responsabilize o transportador pelo pagamento do imposto sobre produtos industrializados no caso de extrato da mercadoria. Em 2015, a União, por sua vez, ingressou com Execução Fiscal para cobrança dos tributos em questão, ainda sem decisão judicial. Em 31 de dezembro de 2018 o valor total dessa ação corresponde a R\$54.570 (R\$52.305 em 31 de dezembro de 2017).

No exercício de 2015, a Companhia ingressou com ação anulatória de débito fiscal contra Auto de Infração no valor total de R\$9.152 pelas autoridades fiscais do Aeroporto Internacional de Viracopos. Em defesa, a Companhia alegou que à época dos fatos descritos no Auto de Infração não existia lei que determinasse a sua responsabilidade pelo pagamento do imposto sobre produtos industrializados no caso de extravio de mercadoria e pelo não armazenamento da carga. O processo aguarda julgamento em primeira instância. Em 31 de dezembro de 2018 o valor total dessa ação corresponde a R\$ 22.113 (R\$21.053 em 31 de dezembro de 2017).

No exercício de 2015, a Companhia foi autuada no valor de R\$ 11.421 pela Receita Federal em virtude de cobrança e multa de imposto de importação ("II") em razão de suposta carga faltante quando da conferência final da declaração. Em sede de processo administrativo, a Companhia apresentou impugnação, sendo que a Delegacia da Receita Federal anulou o débito tributário. O processo aguarda julgamento de recurso. Em 31 de dezembro de 2018 o valor total dessa ação corresponde a R\$14.734 (R\$14.021 em 31 de dezembro de 2017).

No exercício de 2017, a Secretaria da Receita Federal lavrou auto de infração no montante de R\$ 20.797 para a cobrança da multa de 10% sobre o valor da aeronave Boeing modelo B767-316F, nº de série 34245, ano de fabricação 2005, prefixo PR-ABD, em decorrência do descumprimento do prazo de admissão temporária. Em 31 de dezembro de 2018 o valor total dessa ação corresponde a R\$22.332 (R\$21.034 em 31 de dezembro de 2017).

No exercício de 2017, a Secretaria da Receita Federal lavrou auto de infração no montante de R\$ 14.320 para a cobrança da multa de 10% sobre o valor da aeronave Boeing modelo B767-316F, nº de série 29881, prefixo PR-ABB, em decorrência do descumprimento do prazo de admissão temporária. Em 31 de dezembro de 2018 o valor total dessa ação corresponde a R\$15.214 (R\$14.483 em 31 de dezembro de 2017).



17.2.2 Contingências trabalhistas e cíveis

Dentre os processos judiciais de natureza trabalhista e cível avaliados pela Administração e pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, não existem processos com valores individuais relevantes.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

18.1 Capital social

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, houve uma redução do capital social, de R\$93.365, por absorção de prejuízos acumulados, conforme assembleia geral ordinária e extraordinária de 30 de abril de 2018. Dessa forma o capital social da Companhia passou de R\$144.061 para R\$ 50.696, dividido em 4.062.702 ações ordinárias e preferenciais, nominativas, não endossáveis, sendo 1/3 do capital de ações ordinárias e 2/3 de ações preferenciais, sem direito a voto.

As ações preferenciais, sem direito a voto, têm prioridade no reembolso do capital em caso de liquidação da empresa e participam em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de dividendos e capitalização de reservas.



19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

19.1 Conciliação da alíquota de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro/Prejuízo antes dos impostos	(30.515)	3.670
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Imposto calculado às alíquotas nominais	10.375	(1.248)
Efeitos fiscais sobre diferenças permanentes:		
Despesas Inedutíveis	-	(974)
Ativos Fiscais Diferidos não reconhecidos	1.859	1.331
Resultado de filiais no exterior	(14.432)	(602)
Outros	(2.461)	(383)
Resultado com impostos	(4.659)	(1.876)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(4.659)	(1.876)
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	-
Alíquota Efetiva	15,27%	-51,12%

A taxa efetiva teve como fator principal para a variação na linha de outros, os lucros de filiais no exterior.

19.2 Ativos fiscais diferidos não reconhecidos

A Companhia possui ativos fiscais diferidos não registrados referentes a diferenças temporárias no montante de R\$23.278 (R\$25.137 em 31 de dezembro de 2017).

20. PARTES RELACIONADAS

No curso ordinário das operações da Companhia, direitos e obrigações são gerados entre partes relacionadas oriundos de operações de contratação, prestação de serviços e operações de arrendamento baseadas em contrato quais são realizados em termos e condições acordadas entre as partes.

As receitas operacionais correspondem substancialmente a serviços de transporte aéreo de cargas e correspondem a aproximadamente 55% e 59% da receita bruta da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente.



Os custos referem-se a compra de espaço de carga, que representa 44% dos custos (51% em 31 de dezembro de 2017) e gastos com arrendamentos.

Os resultados financeiros são decorrentes principalmente das diferenças de variação cambial sobre as transações em moedas diferentes da moeda funcional da Companhia.

20.1 Posições ativas com partes relacionadas

		31/12/2018	31/12/2017
Contas a receber			
LATAM Airlines Group S.A. (1)	Controladora indireta	1.627.646	893.213
Lan Chile Cargo S.A. (2)	Outras partes relacionadas	1.000.822	732.341
Linea Aerea Carguera de Colombia	Outras partes relacionadas	4.335	1.341
TAM Lineas Aereas S.A.	Outras partes relacionadas	150.810	134.005
Aerotransporte Mas de Carga S.A	Outras partes relacionadas	-	41.919
Lan Argentina S.A.	Outras partes relacionadas	340	284
Outras partes relacionadas	Outras partes relacionadas	183.683	114.343
Total do ativo		<u>2.967.636</u>	<u>1.917.446</u>

(1) Aumento de venda de espaço, handling e variação cambial.

(2) Aumento de venda de espaço, handling, recuperação de gastos e variação cambial.

20.2 Posições passivas com partes relacionadas

Fornecedores			
TAM Lineas Aereas S.A. (1)	Outras partes relacionadas	592.934	112.200
LATAM Airlines Group S.A. (2)	Controladora indireta	1.231.870	844.665
Lan Chile Cargo S.A. (2)	Outras partes relacionadas	963.165	683.041
Linea Aerea Carguera de Colombia	Outras partes relacionadas	262.434	193.854
Aerotransporte Mas de Carga S.A	Outras partes relacionadas	-	6.421
Aerovias de Integracion Regional S.A.	Outras partes relacionadas	9.588	8.186
Lan Argentina S.A.	Outras partes relacionadas	8	7
Outras partes relacionadas	Outras partes relacionadas	16.004	12.575
Total do passivo		<u>3.076.003</u>	<u>1.860.949</u>
Demais contas a pagar			
MAS Investment Limited	Outras partes relacionadas	5.618	4.796
		<u>5.618</u>	<u>4.796</u>

(1) Aumento por compra de espaço em aeronave e variação cambial.

(2) Aumento por compra de espaço em aeronave, handling, arrendamento e variação cambial.



20.3 Transações com partes relacionadas

		31/12/2018	31/12/2017
Receitas			
Venda de espaço de carga			
Aerotransporte Mas de Carga S.A.	Outras partes relacionadas	9.533	13.510
Lan Chile Cargo S.A.	Outras partes relacionadas	96.696	84.645
LATAM Airlines Group S.A.	Controladora indireta	487.500	347.682
Linea Aerea Carguera de Colombia	Outras partes relacionadas	912	1.576
TAM Lineas Aereas S.A.	Outras partes relacionadas	85.333	95.056
		<u>679.974</u>	<u>542.469</u>
Custo dos serviços prestados			
Arrendamento			
Lan Chile Cargo S.A.	Outras partes relacionadas	(86.502)	(68.566)
LATAM Airlines Group S.A.	Outras partes relacionadas	(111.348)	(91.824)
Compra de espaço de carga			
TAM Lineas Aereas S.A.	Outras partes relacionadas	(324.539)	(286.051)
		<u>(522.389)</u>	<u>(446.441)</u>
Outras receitas operacionais			
Aerotransporte Mas de Carga S.A.	Outras partes relacionadas	258	1.977
Lan Chile Cargo S.A.	Outras partes relacionadas	13.059	1.642
LATAM Airlines Group S.A.	Controladora indireta	21.629	58.688
Linea Aerea Carguera de Colombia	Outras partes relacionadas	27.614	22.730
TAM Lineas Aereas S.A.	Outras partes relacionadas	18.548	1.622
		<u>81.108</u>	<u>86.659</u>
		31/12/2018	31/12/2017
Outras despesas operacionais			
Aerotransporte Mas de Carga S.A.	Outras partes relacionadas	(3.625)	(160)
Lan Chile Cargo S.A.	Outras partes relacionadas	(46.601)	(48.714)
LATAM Airlines Group S.A.	Controladora indireta	(82.231)	(44.277)
Linea Aerea Carguera de Colombia	Outras partes relacionadas	(47.914)	(25.017)
TAM Lineas Aereas S.A.	Outras partes relacionadas	(109.968)	(82.578)
Outras partes relacionadas	Outras partes relacionadas	(7.681)	(6.082)
		<u>(298.020)</u>	<u>(206.828)</u>
Resultado financeiro			
Lan Chile Cargo S.A.	Outras partes relacionadas	(13.087)	(1.498)
LATAM Airlines Group S.A.	Controladora indireta	1.129	271
Linea Aerea Carguera de Colombia	Outras partes relacionadas	2.995	22
Outras partes relacionadas	Outras partes relacionadas	(16)	(232)
		<u>(8.979)</u>	<u>(1.437)</u>



20.4 Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da administração compreende os membros da diretoria da Companhia, totalizando 1 pessoa em 31 de dezembro de 2018 (2 em 31 de dezembro de 2017). A despesa com a remuneração do pessoal-chave no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 totalizou R\$670 (R\$2.403 em 31 de dezembro de 2017).

21. RECEITA OPERACIONAL

Individualmente, nenhum dos clientes da ABSA representou mais de 10% de suas receitas no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida de vendas está apresentada a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Transporte de cargas	1.179.517	923.244
Outras receitas	50.340	8.815
Receita bruta	1.229.857	932.059
Impostos e outras deduções	(15.870)	(15.502)
Receita líquida	1.213.987	916.557

22. RESULTADO POR NATUREZA

	31/12/2018	31/12/2017
Custo dos serviços prestados		
Pessoal	59.383	63.383
Combustível	215.775	130.364
Manutenção e reparos	13.953	16.064
Seguro de aeronaves	373	683
Tarifas de decolagem, pouso e navegação	67.385	52.871
Arrendamento de aeronaves, motores e equipamentos	197.850	160.390
Serviços de terceiros	623.753	441.041
Processos cíveis, trabalhistas e tributários	508	372
Outras	8.321	3.132
	1.187.301	868.300



	31/12/2017	31/12/2016
Despesas com vendas		
Pessoal	1.541	1.927
Serviços de terceiros	14	4
Vendas e marketing	14.800	19.368
Outras	25	10
	<u>16.380</u>	<u>21.309</u>
Despesas gerais e administrativas		
Pessoal	-	2.025
Depreciação e amortização	574	629
Serviços de terceiros	2.083	3.760
Processos cíveis, trabalhistas e tributários	188	1.014
Outras	2.744	3.254
	<u>5.589</u>	<u>10.682</u>

23. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2018	31/12/2017
Receitas financeiras		
Receita de juros	2.411	3.042
	<u>2.411</u>	<u>3.042</u>
Despesas financeiras		
Despesas de juros	(6.909)	(5.505)
	<u>(6.909)</u>	<u>(5.505)</u>
Variação cambial líquida	(31.775)	(11.222)
Resultado financeiro líquido	<u>(36.273)</u>	<u>(13.685)</u>

24. SEGUROS

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar sua exposição a estes, buscando no mercado coberturas à suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros.



ABSA - AEROLINHAS BRASILEIRAS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)



25. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anuais foram aprovadas e sua emissão autorizada pela Diretoria Executiva da Companhia em 09 de julho de 2019.

Jerome Paul Jacques Cadier
Diretor Presidente

Jefferson Cestari
Diretor Financeiro

Diogo Abadio Nunes Elias
Diretor de Operações

Adriana Ferreira Farias Sivieri Arbex
Gerente de Controladoria
CRC 1SP - 257816/O-3

